

Escolas Públicas de Martha's Vineyard

Excelência e equidade para todas as crianças

Normas e procedimentos de restrição física de acordo com [603 CMR 46.00](#)

Restrição física significa contato físico direto que impede ou restringe significativamente a liberdade de movimento do aluno. A restrição física não inclui: breve contato físico para promover a segurança do aluno, fornecer orientação ou estímulo físico ao ensinar uma habilidade, redirecionar a atenção, proporcionar conforto ou acompanhamento físico.

A restrição física deverá ser utilizada apenas em emergências de último recurso, depois de alternativas legais e menos intrusivas terem falhado ou terem sido consideradas inadequadas, e com extrema cautela. Os funcionários da escola devem usar a restrição física com dois objetivos em mente:

- (a) Administrar uma restrição física apenas quando necessário para proteger um aluno e/ou um membro da comunidade escolar de agressão ou dano físico grave e iminente; e
- (b) Prevenir ou minimizar qualquer dano ao aluno como resultado do uso de restrição física.

Uso de restrição: Restrição mecânica, restrição de medicamentos e reclusão serão proibidas em programas de educação pública.

A restrição na posição prona será proibida em programas de educação pública, exceto para alunos individuais e somente nas seguintes circunstâncias:

1. O aluno tem um histórico documentado de causar repetidamente lesões graves e/ou lesões a outros alunos ou funcionários;
2. Todas as outras formas de restrição física falharam em garantir a segurança do aluno e/ou a segurança de outras pessoas;
3. Não há contraindicações médicas documentadas por um médico licenciado;
4. Há justificativa psicológica ou comportamental para o uso da restrição na posição prona e não há contraindicações psicológicas ou comportamentais, conforme documentado por profissional de saúde mental licenciado;
5. O programa obteve consentimento para usar a restrição na posição prona numa emergência, conforme estabelecido de acordo com 603 CMR 46.03(1)(b), e tal uso foi aprovado por escrito pelo diretor da escola; e,
6. O programa documentou 603 CMR 46.03(1)(b) 1 - 5 antes do uso da restrição na posição prona e mantém a documentação.

A restrição física, incluindo a restrição na posição prona quando permitida, será considerada um procedimento de emergência de último recurso e será proibida em programas de educação pública, exceto quando o comportamento do aluno representar uma ameaça de agressão ou dano físico sério e iminente a si mesmo ou a terceiros e o aluno não responde a diretivas verbais ou outras intervenções comportamentais legais e menos intrusivas, ou tais intervenções são consideradas inadequadas sob as circunstâncias.

Todas as restrições físicas, incluindo a restrição na posição prona quando permitida, devem ser administradas de acordo com 603 CMR 46.05.

A restrição física não deve ser usada:

- (a) Como meio de disciplina ou punição;
- (b) Quando o aluno não puder ser contido com segurança porque é medicamente contraindicado por razões que incluem, mas não se limitando a, asma, convulsões, problemas cardíacos, obesidade, bronquite, deficiências relacionadas à comunicação ou risco de vômito;
- (c) Em resposta à destruição de propriedade, distúrbio de ordem escolar, recusa de um aluno em cumprir uma regra do programa de educação pública ou diretiva dos funcionários, ou ameaças verbais quando estas ações não constituem uma ameaça de agressão, ou ameaça iminente, grave, dano físico; ou

(d) Como uma resposta padrão para qualquer aluno individual. Nenhum plano de comportamento individual escrito ou programa de educação individualizado (IEP) pode incluir o uso de restrição física como resposta padrão a qualquer comportamento. A restrição física é um procedimento de emergência de último recurso.

A restrição física num programa de educação pública será limitada ao uso de força razoável, conforme necessário para proteger um aluno ou outro membro da comunidade escolar de agressão ou dano físico grave e iminente.

Encaminhamento para autoridades policiais ou outras agências estaduais. Nada nestes regulamentos proíbe:

- (a) O direito de qualquer indivíduo de denunciar às autoridades competentes um crime cometido por um estudante ou outro indivíduo;
- (b) Impedir que as autoridades policiais, as autoridades judiciais ou o pessoal de segurança escolar exerçam as suas responsabilidades, incluindo a detenção física de um estudante ou de outra pessoa que alegadamente tenha cometido um crime ou represente um risco para a segurança; ou
- (c) O exercício das responsabilidades de um indivíduo como informante mandatado de acordo com a GL c. 119, § 51A. 603 CMR 46.00 não deve ser utilizado para dissuadir qualquer indivíduo de denunciar negligência ou abuso à agência estadual apropriada.

Norma e Procedimentos

- (a) Métodos para prevenir a violência estudantil, comportamento de autolesão e suicídio, incluindo planejamento individual de crises e redução de comportamento potencialmente perigoso que ocorre entre grupos de estudantes ou com um estudante individual;

Métodos para prevenir a violência estudantil, comportamento de autolesão e suicídio

Técnicas de prevenção/desescalada

A prevenção inclui o uso de medidas positivas tomadas antes que ocorra uma crise comportamental.

- a. Interrompendo:** Interromper é a primeira coisa a se fazer ao tentar quebrar uma cadeia de comportamentos, distraindo o indivíduo para outro assunto ou algo do ambiente.
- b. Ignorando:** Ignorar é usado durante os estágios iniciais do comportamento negativo ao qual o comportamento não é respondido visivelmente, a fim de evitar reforçá-lo inadvertidamente. Isto não significa que os primeiros sinais de perigo sejam verdadeiramente ignorados e não significa que os comportamentos perigosos sejam alguma vez ignorados.
- c. Redirecionando:** O redirecionamento é usado para gerenciar um comportamento potencialmente perigoso, desviando ou redirecionando o comportamento e, em seguida, reforçando um comportamento mais apropriado, recompensando o indivíduo por exibir o comportamento mais apropriado.

A prevenção também envolve garantir que o funcionário tenha treinamento; funcionários apropriados; normas/procedimentos em vigor, incluindo planos de apoio comportamental; programação apropriada; capacidade de reconhecer os pontos fortes, fracos e gatilhos dos indivíduos.

Planejamento de crise:

1. Resposta de acompanhamento a ameaças de violência ou suicídio: Ameaças de violência ou automutilação, feitas por um aluno ou grupo de aluno(s), devem ser informadas ao diretor da escola e revisadas com o psicólogo da escola ou equipe de crise da escola, independente do comportamento do aluno resultar no uso de restrição física. Baseado na situação, o psicólogo da escola ou a equipe de crise da escola podem recomendar ou exigir que o(s) aluno(s) seja(m) submetido(s) a uma Avaliação de Risco ou, se o aluno estiver em crise evidente, será feito um encaminhamento para o hospital local.

Protocolo para suicídio de aluno: Quando um professor ou membro da equipe toma conhecimento de qualquer aluno apresentando comportamento de risco (declarações verbais, escrita, relato dos colegas, pais etc.), ele reportará imediatamente à equipe de aconselhamento e/ou equipe de crise.

Em risco de automutilação/suicídio é definido como: Qualquer aluno que indique, por meio de ações, verbais ou por escrito, que pode estar em risco de se machucar fisicamente.

Equipe de crise do estudante (“SCT”, sigla em inglês). Um grupo predefinido de funcionários distritais que estarão familiarizados com as diretrizes de resposta para estudantes em crise. A SCT pode incluir: Diretor da Escola, Diretor Assistente, BCBA, Psicólogo Escolar, Enfermeiro Escolar, Conselheiro de Adaptação Escolar, Conselheiro Orientador, Coordenador de Educação Especial

Protocolo: A criança identificada será supervisionada diretamente por um membro da SCT durante todo o processo.

1. Após observação de comportamentos de risco ou suspeita de risco de automutilação, o funcionário da escola entrará em contato imediatamente com o administrador da escola.
2. A criança identificada será acompanhada por um adulto ao escritório do Orientador Escolar (Conselheiro de Adaptação Escolar, Conselheiro Orientador, Psicólogo Escolar).
3. O Psicólogo Escolar ou outro adulto qualificado será contatado imediatamente. A criança será então entrevistada pelo psicólogo escolar e/ou conselheiro de adaptação escolar e um administrador. Será avaliado o nível de risco da criança.
4. Se a criança for considerada em risco iminente de comportamento de autolesão, os membros da SCT deverão seguir o protocolo para emergência médica, chamar uma ambulância e/ou Serviços Móveis de Crise e encaminhar a criança para uma avaliação num pronto-socorro. Um funcionário deverá acompanhar a criança na ambulância e permanecer com ela no pronto-socorro até a chegada dos pais ou responsável.
5. Os pais/responsáveis serão contatados.
6. Se o risco não for considerado iminente, os pais da criança serão contatados e será solicitado que busquem imediatamente a criança e a levem a um profissional apropriado (por exemplo, pediatra, psicoterapeuta, conselheiro de saúde mental da criança) para avaliação adicional e intervenção.
7. Será preenchido o Formulário de Relatório de Incidentes por um administrador e obtida a assinatura dos pais.
8. A reentrada da criança identificada no distrito seguirá o protocolo de reentrada para alunos em risco de comportamento de autolesão.

Desescalada de comportamento potencialmente perigoso: As diretrizes gerais para desescalada de comportamento potencialmente perigoso incluem:

1. **Permaneça calmo** - Para possivelmente ajudar a evitar a probabilidade de um aluno sentir angústia devido ao seu comportamento, use um tom de voz neutro e nivelado, controle as expressões faciais e use uma linguagem corporal de apoio e não ameaçadora.
2. **Obter assistência** - Sempre que possível, os funcionários da escola devem tomar medidas imediatas para notificar os administradores escolares, a equipe de resposta administrativa da escola e/ou outros funcionários da escola sobre uma situação potencialmente perigosa e obter assistência adicional.
3. **Somente uma pessoa falando** - Para minimizar a probabilidade de confusão e/ou a probabilidade de um aluno sentir angústia devido à escalada do seu comportamento, é aconselhável ter uma pessoa fornecendo orientação geral para a resposta e os procedimentos de acompanhamento. Muitas vezes, este pode ser o primeiro funcionário treinado a chegar ao local ou o funcionário com mais informações sobre a situação específica.
4. **Remover o aluno, se possível** - Deve ser considerada a viabilidade de um aluno em dificuldades se locomover de uma área com outros alunos e se mudar para outra área mais privada e segura, a fim de se acalmar.
5. **Remover outros alunos** - Se não for viável fazer com que um aluno em dificuldades se mova para uma área mais privada e segura, a fim de se acalmar, considere a viabilidade de ter outros funcionários ajudando e monitorando a remoção de outros alunos para outra área. dentro da escola até que o aluno se acalme.

- (b) **Métodos para engajar pais e alunos:** Métodos para engajar os pais em discussões sobre prevenção de restrição e uso de restrição apenas como procedimento de emergência;

Qualquer pai/mãe/responsável com preocupações sobre o uso de restrição física em qualquer escola dentro dos limites das Escolas Públicas de Martha’s Vineyard pode solicitar uma reunião com o Diretor do prédio ou com o Superintendente para discutir tais preocupações. Qualquer indivíduo que acredite que a restrição física de um aluno

possa ter sido injustificada ou conduzida de forma inadequada também poderá utilizar o Procedimento de Reclamações descrito na Seção 10, abaixo.

- (c) **Alternativas à restrição física em emergências:** Uma descrição e explicação das alternativas do programa à restrição física e método de restrição física em emergências;

Há uma variedade de respostas ou intervenções apropriadas que devem ser usadas inicialmente quando se procura prevenir comportamentos difíceis, violência estudantil, comportamentos de autolesão ou para diminuir comportamentos potencialmente perigosos ou perturbadores entre grupos de alunos ou com um aluno individual.

Seguem abaixo exemplos de estratégias que o distrito utiliza para apoiar os alunos antes de exibirem comportamentos difíceis ou como alternativa à restrição física quando os alunos começam a demonstrar agitação:

Intervenções comportamentais positivas: O distrito emprega uma variedade de serviços e estratégias para abordar o bem-estar social, emocional e comportamental de todos os nossos alunos.

- a. O currículo contra intimidação é fornecido em todo o distrito, utilizando aulas e atividades apropriadas ao desenvolvimento.
- b. São implementadas sala de aula responsiva e solução colaborativa de problemas em todas as escolas.
- c. Os currículos de Habilidades Sociais são fornecidos aos alunos em sala de aula, em grupos pequenos e instrução individualizada.
- d. Os serviços de aconselhamento estão disponíveis para todos os alunos em todo o distrito e são prestados por funcionários licenciados e certificados, incluindo psicólogos escolares, médicos de saúde mental licenciados, conselheiros de adaptação escolar, assistentes sociais e conselheiros de orientação. O aconselhamento é fornecido em grupos pequenos e em ambientes individualizados.
- e. Conselheiros recebem treinamento em sinais de suicídio e comportamentos de autolesão.
- f. O Programa ACCESS e o programa “The Return to Learn” (“Retorno à Aprendizagem”) estão disponíveis para alunos do ensino médio que retornam à escola vindos de programas de hospitais psiquiátricos.
- g. São agendadas reuniões de reingresso para todos os alunos que retornam à escola vindos de programas de hospitais psiquiátricos.
- h. Os Programas de Intervenção estão disponíveis para garantir que os alunos continuem a receber instrução, ao mesmo tempo em que atendem a quaisquer necessidades sociais/emocionais/comportamentais que possam impedir um aluno de acessar o ambiente de educação geral.
- i. O distrito estabeleceu uma relação de trabalho com vários serviços comunitários de MV e tem conselheiros em todas as escolas. As escolas também trabalham com MVCS para conectar famílias e alunos com apoio fora da escola.

Redirecionamento verbal

1. Escuta ativa.
2. Uso de tons e linguagem calmos e não ameaçadores.
3. Oferecer ao(s) aluno(s) uma escolha.
4. Discutir opções ou possíveis resoluções com o(s) aluno(s).
5. Diretriz verbal para cessar o comportamento.

Oportunidade para uma pausa

Oportunidade de intervalo: Os intervalos são uma estratégia de apoio comportamental desenvolvida de acordo com 603 CMR 46.04 (1) na qual um aluno se separa temporariamente da atividade de aprendizagem ou da sala de aula, por escolha ou por orientação da equipe, com o propósito de acalmar-se. Durante o intervalo, o aluno deve ser continuamente observado por um funcionário. A equipe deverá estar com o aluno ou imediatamente disponível para ele em todos os momentos. O espaço utilizado para a disciplina deve ser limpo, seguro, sanitário e apropriado para fins de acalmar-se. O intervalo cessará assim que o aluno se acalmar. Qualquer intervalo superior a trinta (30) minutos deverá obter a aprovação do diretor da escola.

Acompanhamento físico: Escolta física é um toque ou segurar temporariamente, sem o uso de força, a mão, pulso, braço, ombro ou costas com o propósito de induzir um aluno que está agitado ou chateado a caminhar para um local seguro. As escoltas físicas devem ser breves.

Requisitos de treinamento da equipe: Todos os funcionários serão treinados quanto as normas e requisitos de prevenção de restrição e apoio ao comportamento do programa quando a restrição for utilizada. Esta formação ocorrerá no primeiro mês de cada ano letivo e, para os funcionários contratados após o início do ano letivo, no prazo de um mês após a sua contratação.

O treinamento deve incluir informações sobre:

- (a) O papel do aluno, da família e dos funcionários na prevenção da restrição;
- (b) A norma e os procedimentos de prevenção de restrição e de apoio ao comportamento do programa, incluindo o uso da disciplina como uma estratégia de apoio ao comportamento distinta da reclusão;
- (c) Intervenções que possam excluir a necessidade de restrição, incluindo a redução de comportamentos problemáticos e alternativas à restrição em casos de emergência;
- (d) Quando o comportamento apresentar uma emergência que exija restrição física, os tipos de restrição física permitidos e considerações de segurança relacionadas, incluindo informações sobre o risco aumentado de lesões para um aluno quando qualquer restrição for utilizada, especialmente uma restrição de duração prolongada;
- (e) Administrar restrição física de acordo com limitações médicas ou psicológicas, histórico de trauma conhecido ou suspeito e/ou planos de intervenção comportamental aplicáveis a um aluno individual; e
- (f) Identificação do funcionário do programa que recebeu treinamento aprofundado de acordo com 603 CMR 46.03(3) no uso de restrição física.

Requisitos de treinamento aprofundado

No início do ano letivo, o diretor do edifício ou seu representante identificará os funcionários designados que participarão de treinamento aprofundado e que serão então autorizados a servir como recursos em toda a escola para ajudar a garantir a administração adequada da restrição física.

Os funcionários designados deverão participar de treinamento aprofundado no uso de restrição física, com pelo menos um treinamento de atualização anualmente.

O treinamento aprofundado incluirá:

- a. Procedimentos apropriados para prevenir a necessidade de restrição física, incluindo a redução do comportamento problemático, o desenvolvimento de relacionamentos e o uso de alternativas à restrição;
- b. Uma descrição e identificação de comportamentos perigosos específicos por parte dos alunos que podem levar ao uso de restrição física e métodos para avaliar o risco de danos em situações individuais, a fim de determinar se o uso de restrição é justificado;
- c. A experiência simulada de administração e recebimento de restrição física, instruções sobre o(s) efeito(s) na pessoa contida, incluindo instruções sobre monitoramento de sinais físicos de sofrimento e obtenção de assistência médica;
- d. Instrução sobre requisitos de documentação e relatórios e investigação de lesões e queixas;
- e. Demonstração pelos participantes de proficiência na administração de restrição física; e
- f. Instrução sobre o impacto da restrição física no aluno e na família, incluindo, entre outros, efeitos psicológicos, fisiológicos e socioemocionais.

Administração adequada de restrição física

(1) Funcionários treinados. Somente o funcionário do programa de educação pública que recebeu treinamento de acordo com 603 CMR 46.04(2) ou 603 CMR 46.04(3) deverá administrar restrição física aos alunos. Sempre que possível, a administração de uma restrição deverá ser testemunhada por pelo menos um adulto que não participe da restrição. Os requisitos de treinamento de acordo com 603 CMR 46.00 não impedirão que um professor, funcionário ou agente de um

programa de educação pública use força razoável para proteger alunos, outras pessoas ou a si mesmo de agressão ou dano físico grave e iminente.

(2) Uso de força. Uma pessoa que administra uma restrição física deve utilizar apenas a quantidade de força necessária para proteger o aluno ou outras pessoas de ferimentos ou danos físicos.

(3) Método mais seguro. Uma pessoa que administra restrição física deve utilizar o método mais seguro disponível e apropriado à situação, sujeito aos requisitos de segurança estabelecidos de acordo com 603 CMR 46.05(5). As restrições de solo, incluindo as restrições de posição prona permitidas de outra forma de acordo com 603 CMR 46.03(1)(b), serão proibidas, a menos que os membros da equipe que administram a restrição tenham recebido treinamento aprofundado de acordo com os requisitos de 603 CMR 46.043(3) e, de acordo com o julgamento dos membros da equipe treinada, tal método é necessário para fornecer segurança ao aluno ou outras pessoas presentes.

(4) Duração da restrição. Toda restrição física deve ser encerrada assim que o aluno não for mais um perigo imediato para si mesmo ou para os outros, ou assim que o aluno indicar que não consegue respirar, ou se for observado que o aluno está em desconforto grave, tais como dificuldade para respirar, choro ou tosse sustentados ou prolongados.

(5) Requisitos de segurança. Requisitos adicionais para o uso de restrição física:

(a) Nenhuma restrição deverá ser administrada de tal forma que o aluno seja impedido de respirar ou falar. Durante a administração de uma restrição, um membro da equipe deverá monitorar continuamente o estado físico do aluno, incluindo temperatura e cor da pele e respiração.

(b) A restrição deve ser administrada de forma a prevenir ou minimizar danos físicos. Se, a qualquer momento durante uma restrição física, o aluno expressar ou demonstrar sofrimento físico significativo, incluindo, mas não limitado a, dificuldade para respirar, o aluno deverá ser liberado da restrição imediatamente e os funcionários da escola deverão tomar medidas para buscar assistência médica.

(c) Se um aluno for restringido por um período superior a 20 minutos, a equipe do programa deverá obter a aprovação do diretor da escola. A aprovação será baseada na agitação contínua do aluno durante a restrição, justificando a necessidade de restrição contínua.

(d) A equipe do programa deverá revisar e considerar quaisquer limitações médicas ou psicológicas conhecidas, histórico de trauma conhecido ou suspeito e/ou planos de intervenção comportamental relativos ao uso de restrição física num aluno individual.

Procedimentos de acompanhamento

Depois que um aluno for liberado de uma restrição física, a equipe deverá implementar procedimentos de acompanhamento, incluindo:

- 1) Revisar o incidente com o aluno para abordar o comportamento que precipitou a restrição física;
- 2) Revisar o incidente com o(s) funcionário(s) que administrou(aram) a restrição física para garantir que os procedimentos de restrição adequados foram seguidos; e
- 3) Considerar se algum acompanhamento é apropriado para os alunos que testemunharam a restrição física, se houver.

Requisitos de relatório de restrição física

A equipe do programa deverá relatar o uso de qualquer restrição física de acordo com 603 CMR 46.06(2).

Informando o diretor da escola: O membro da equipe do programa que administrou a restrição deverá informar verbalmente o diretor da escola sobre a restrição o mais rápido possível e por meio de relatório por escrito, o mais tardar no próximo dia útil escolar. O relatório por escrito deverá ser fornecido ao diretor da escola para revisão do uso da restrição. Se o diretor da escola tiver administrado a restrição, o diretor da escola deverá preparar o relatório e submetê-lo a um indivíduo ou equipe designada pelo superintendente ou conselho de administradores para revisão. O diretor da escola ou diretor do programa ou seu representante deverá manter um registro contínuo de todos os casos relatados de restrição física, que deverá ser disponibilizado para revisão pelos pais ou pelo Departamento, mediante solicitação.

Informando os pais: O diretor da escola ou diretor do programa ou seu representante deverá fazer esforços razoáveis para informar verbalmente os pais do aluno sobre a restrição dentro de 24 horas após o evento, e deverá notificar os pais por

meio de relatório por escrito enviado dentro do prazo de três dias úteis escolares após a restrição por e-mail fornecido pelos pais para comunicações sobre o aluno, ou por correio normal carimbado no prazo máximo de três dias úteis escolares após a restrição. Se a escola ou programa normalmente fornece aos pais de um aluno boletins escolares e outras informações necessárias relacionadas à escola num idioma diferente do inglês, o relatório de restrição por escrito deverá ser fornecido aos pais nesse idioma. O diretor da escola deverá fornecer ao aluno e aos pais a oportunidade de comentar oralmente e por escrito sobre o uso da restrição e sobre as informações contidas no relatório por escrito.

Conteúdo do relatório: O relatório por escrito requerido de acordo com 603 CMR 46.06(2) e (3) deve incluir:

- (a) O nome do aluno; os nomes e cargos do funcionário que administrou a restrição e dos observadores, se houver; a data da restrição; a hora em que a restrição foi iniciada e terminada; e o nome do diretor da escola ou pessoa designada que foi informado verbalmente após a restrição; e, conforme aplicável, o nome do diretor da escola ou pessoa designada que aprovou a continuação da restrição além de 20 minutos de acordo com 603 CMR 46.05(5)(c).
- (b) Uma descrição da atividade na qual o aluno contido e outros alunos e funcionários na mesma sala ou vizinha estavam envolvidos imediatamente antes do uso da restrição física; o comportamento que motivou a restrição; os esforços envidados para prevenir a escalada de comportamento, incluindo as estratégias específicas de redução da escalada utilizadas; alternativas à restrição que foram tentadas; e a justificativa para iniciar a restrição física.
- (c) Uma descrição da administração da restrição, incluindo as retenções utilizadas e as razões pelas quais tais retenções foram necessárias; o comportamento e as reações do aluno durante a restrição; como a restrição foi terminada; e documentação de lesões ao aluno e/ou funcionários, se houver, durante a restrição e quaisquer cuidados médicos prestados.
- (d) Informações sobre quaisquer outras ações que a escola tenha tomado ou possa tomar, incluindo quaisquer consequências que possam ser impostas ao aluno.
- (e) Informações sobre oportunidades para os pais do aluno discutirem com os funcionários da escola a administração da restrição, quaisquer consequências que possam ser impostas ao aluno e qualquer outro assunto relacionado.

Informando ao Departamento de Educação Elementar e Secundária:

Relate todas as restrições físicas ao Departamento. Cada programa deverá coletar e relatar anualmente ao Departamento dados sobre o uso de restrições físicas. Estes dados serão relatados da maneira e no formato indicados pelo Departamento.

Relate todos os ferimentos relacionados à restrição ao Departamento. Quando uma restrição física resultar em lesão a um aluno ou membro da equipe do programa, o programa deverá enviar uma cópia do relatório escrito exigido de acordo com 603 CMR 46.06(4) ao Departamento, carimbada no prazo máximo de três dias úteis escolares da administração da restrição. O programa também enviará ao Departamento uma cópia do registro de restrições físicas mantido pelo diretor da escola de acordo com 603 CMR 46.06(2) durante o período de 30 dias anterior à data da restrição relatada. O Departamento determinará se são necessárias ações adicionais por parte do programa e, em caso afirmativo, notificará o programa sobre quaisquer ações necessárias no prazo de 30 dias corridos após o recebimento do(s) relatório(s) escrito(s) necessário(s).

Revisão periódica dos dados e documentação

Revisão individual do aluno: O diretor deverá realizar uma revisão semanal dos dados de restrição para identificar os alunos que foram restringidos várias vezes durante a semana. Se tais alunos forem identificados, o diretor da escola deverá convocar uma ou mais equipes de revisão conforme o diretor da escola considerar apropriado para avaliar o progresso e as necessidades de cada aluno. A avaliação deve incluir pelo menos o seguinte:

- (a) Revisão e discussão dos relatórios por escrito apresentados de acordo com 603 CMR 46.06 e quaisquer comentários fornecidos pelo aluno e pelos pais sobre tais relatórios e o uso das restrições;
- (b) Análise das circunstâncias que levaram a cada restrição, incluindo fatores como hora do dia, dia da semana, eventos antecedentes e indivíduos envolvidos;
- (c) Consideração de fatores que possam ter contribuído para a escalada de comportamentos, consideração de alternativas à restrição, incluindo técnicas de redução da escalada e possíveis intervenções, e outras estratégias e decisões conforme apropriado, com o objetivo de reduzir ou eliminar o uso de restrição no futuro;

(d) Acordo sobre um plano de ação por escrito do programa.

Se o diretor da escola participou diretamente da restrição, um indivíduo devidamente qualificado designado pelo superintendente ou conselho de administradores deverá liderar a discussão da equipe de revisão. O diretor da escola deverá garantir que um registro da avaliação individual de cada aluno seja mantido e disponibilizado para revisão pelo Departamento ou pelos pais, mediante solicitação.

Revisão administrativa: O diretor da escola deverá realizar uma revisão mensal dos dados de restrição em toda a escola. Esta revisão deverá considerar padrões de uso de restrições por semelhanças na hora do dia, dia da semana ou indivíduos envolvidos; o número e a duração das restrições físicas em toda a escola e para alunos individuais; a duração das restrições; e o número e tipo de lesões, se houver, resultantes do uso de restrição. O diretor da escola deve determinar se é necessário ou apropriado modificar a norma de prevenção e gestão de restrição da escola, realizar treinamento adicional da equipe sobre estratégias de redução/prevenção de restrição, como treinamento em intervenções e apoios comportamentais positivos, ou tomar outras medidas necessárias ou apropriadas para reduzir ou eliminar restrições.

Procedimentos de reclamação

Este procedimento de reclamação é estabelecido para garantir que existam procedimentos para receber e investigar reclamações relativas a práticas de restrição física. Qualquer indivíduo que acredite que a restrição física de um aluno possa ter sido injustificada ou conduzida de forma inadequada pode registrar uma queixa utilizando este procedimento:

- i.** A queixa deverá ser apresentada por escrito ou em áudio ao Superintendente ou ao Diretor dos Serviços de Apoio ao Estudante.
 - ii.** O Superintendente ou o Diretor dos Serviços de Apoio ao Estudante se reunirá com o reclamante dentro de dez (10) dias letivos após o recebimento da queixa.
 - iii.** Uma investigação completa será conduzida, que pode incluir entrevistas com testemunhas, funcionários envolvidos e/ou o aluno; revisão de toda a documentação por escrito que antecedeu e pertence ao incidente e todos os relatórios apresentados ao Superintendente ou ao Diretor dos Serviços de Apoio ao Estudante e ao Departamento de Ensino Elementar e Secundário.
 - iv.** Um relatório por escrito será desenvolvido pelo Superintendente ou Diretor de Serviços de Apoio ao Estudante e fornecido ao reclamante.
-